



Presidente da CAE, Lindbergh (4º à dir.) conduz a audiência que teve a participação de senadores (E) e representantes do governo, de hospitais privados e dos médicos

## Hospitais privados defendem entrada de capital estrangeiro na saúde brasileira

Debate girou em torno do projeto de lei em análise no Senado que autoriza participação de empresas estrangeiras na saúde. **7**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.884 — Brasília, terça-feira, 4 de junho de 2013

## Em debate, especialistas rejeitam redução da maioria penal

Proposta foi considerada inconstitucional e ineficiente por participantes de audiência, que apresentaram como opção mais investimentos em políticas públicas

**I**ncapaz de ressocializar detentos, o sistema carcerário brasileiro agravaria a situação de menores infratores, caso fossem presos junto com adultos. A opinião do presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, foi compartilhada por

outros debatedores em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, com participação de cidadãos de todo o Brasil pela internet e por telefone. Aloysio Nunes defendeu proposta de autoria dele que reduz a maioria para 16 anos. **3**



Entre Ferraço e Vital, Coêlho (2º à esq.) afirma que situação de menores seria agravada caso fossem presos com adultos



## Renan pede que conselho discuta direito de resposta

Na reunião de ontem do Conselho de Comunicação Social do Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu ao colegiado que debata

o projeto de lei que trata do direito de resposta nos meios de comunicação. Para o senador, deve-se preservar a liberdade de expressão. **2**

Ao lado de dom Orani Tempesta e Fernando Cesar Mesquita, Renan Calheiros fala na reunião do Conselho de Comunicação Social

**Anistia para dívidas de agricultores na seca do Nordeste deve ser votada hoje 6**

**Tramitação do Plano Nacional de Educação pode ser agilizada 8**

**Comissão analisa na quinta projeto que cria comprovante bancário em braille 7**



Fiscais do Ibama no Pará: ações de combate ao desmatamento ainda esperam regulamentação do Código Florestal

especial  
**Cidadania**

## Prós e contras do Código Florestal um ano depois

Um ano depois de virar lei, o novo Código Florestal ainda divide opiniões. Para uns, trouxe segurança jurídica. Para outros, permitiu mais agressões à natureza. Comissão debate hoje as mudanças e o que falta regulamentar. **4 e 5**



# Renan: conselho tem que debater direito de resposta

Presidente do Senado defendeu a liberdade de expressão em órgão consultivo de comunicação do Congresso e sugeriu manifestação sobre projeto de lei que aguarda votação no Plenário da Casa

NA REUNIÃO DE ontem do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu que o colegiado se manifeste sobre proposta de mudança nas normas para solução de conflitos entre empresas jornalísticas e pessoas ou instituições citadas em reportagens. Ele disse que a defesa da liberdade de expressão é um dos principais compromissos da Comissão Diretora.

O direito de resposta é tratado no Projeto de Lei do Senado (PLS) 141/2011, de Roberto Requião (PMDB-PR). Já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário. Das dez emendas apresentadas, o relator, Pedro Taques (PDT-MT), acolheu duas integralmente e três parcialmente, todas de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Uma das preocupações apresentadas por Randolfe e endossada pelo relator foi a manutenção do direito de resposta mesmo com a retratação espontânea do meio de comunicação. Por subemenda, Taques procurou deixar claro que a retratação espontânea



Renan anuncia ao Conselho de Comunicação seminário para os próximos meses

não impede o ofendido de entrar com ação por dano moral. Se a ofensa se renova a cada publicação, o direito de resposta também deve ser renovado, observou Aloysio em outra emenda. Ajuste do relator determinou que o direito de resposta ou retificação deve ser exercido dentro de 60 dias a partir da veiculação do primeiro texto.

## Liberdade

Na avaliação do relator, a aprovação do projeto é de suma importância para a regulamentação do direito de resposta garantido pela Constituição.

— Quero afastar, assim, argumentos de que aqui se

estaria a tratar de censura de conteúdo. Não se trata de limitação à manifestação da imprensa — disse Taques.

Renan anunciou que o Senado fará nos próximos meses um seminário sobre liberdade de expressão.

— Precisaremos da participação do conselho na formulação deste seminário. Não podemos permitir nada, direta ou indiretamente, que vá contra a liberdade de expressão. É papel do Congresso atuar na defesa da democracia — afirmou Renan.

O presidente do Senado acrescentou que será fundamental a participação de representantes da imprensa privada no seminário.

## Presidente da EBC participará de discussão

O Conselho de Comunicação marcou para 1º de julho um debate sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que completa cinco anos em 2013. Serão convidados o presidente da EBC, Nelson Breve, e a presidente do Conselho Curador da instituição, Ana Luiza Fleck Saibro. A iniciativa de solicitar o debate foi do advogado Alexandre Kruehl Jobim, que representa as empresas de imprensa escrita.

— Não se trata de uma prestação de contas, mas de um convite para que eles compartilhem conosco a evolução do sistema público de comunicação inaugurado pela EBC — observou Jobim.

O vice-presidente do

conselho, Fernando Cesar Mesquita, lembrou que a EBC às vezes é criticada pela baixa audiência da TV Brasil, mas ressaltou que TVs públicas não têm de brigar pela audiência.

— Elas são um serviço público e têm a função de divulgar o que acontece no Executivo ou em instituições como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal — frisou.

Em agosto, será debatido o setor audiovisual, que levará ao conselho representantes da Agência Nacional do Cinema (Ancine), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Entre os temas a serem discutidos, estão a interseção

das atividades dos três órgãos e a dupla atuação da Ancine como agência de fomento e agência reguladora. O conselheiro Luiz Antonio Gerace criticou a decisão de não discutir assuntos que estejam sob disputa judicial, como a obrigatoriedade de as TVs a cabo apresentarem semanalmente três horas e meia de programação nacional.

O conselho ouviu ainda Vítor Menezes, assessor da presidência da Anatel, sobre a recente reestruturação administrativa do órgão. Ele informou que as mudanças tiveram como foco a agilização dos processos, a transparência da gestão e a busca de uma regulação mais harmônica. Também destacou o trabalho de atendimento aos consumidores.

Foi adiada para julho a definição dos coordenadores das cinco comissões temáticas do conselho: Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações; Tecnologia de Informação e Comunicação; Conteúdos em Meios de Comunicação; Liberdade de Expressão e Participação Social; e Publicidade e Propaganda.



Menezes, da Anatel, fala no conselho ao lado de dom Orani e Fernando Cesar

## Para Rollemberg, Lei da Ficha Limpa não pode ser flexibilizada

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) manifestou preocupação com a possibilidade de a Câmara aprovar um projeto de lei que altera a Lei da Ficha Limpa, beneficiando prefeitos com contas rejeitadas por tribunais de contas.

A ideia proposta por um grupo de deputados coordenados por Cândido Vaccarezza (PT-SP) pode ser levada a Plenário ainda neste mês. Na avaliação do senador, a proposta de retirar a condição de inelegível de prefeitos cujas contas tenham sido condenadas pelos órgãos fiscalizadores, mas não tenham sido examinadas pelas câmaras municipais, cria uma brecha inaceitável.

— Caso esse projeto seja aprovado, estaremos regredindo do ponto de vista do marco legal e da moralidade no trato da coisa pública.

Para ele, as iniciativas parlamentares deveriam ser voltadas à melhoria da representação política.

## Relatório preliminar da LDO deve ser apresentado hoje

O relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 deve ser apresentado hoje.

A informação foi confirmada à Agência Senado por assessores do deputado federal Danilo Forte (PMDB-CE), relator do projeto da LDO.

O relatório de Forte será discutido e votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que é presidida pelo senador Lobão Filho (PMDB-MA).

O projeto da LDO (PLN 2/2013) foi enviado pelo governo federal em abril e tem de ser aprovado pelos deputados e senadores até 17 de julho.

Caso contrário, a fim de que o texto seja votado, não haverá o recesso parlamentar do meio do ano.



Pedro Taques/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Gorjeta

14h Entre os itens da pauta da sessão deliberativa, projeto que viabiliza controle e fiscalização de gorjeta.

### PRESIDÊNCIA Plano Agrícola

10h Entrega de substitutivo que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; às 11h, lançamento do Plano Agrícola e Pecuário; às 12h30, visita da presidente do Sindicato do Fisco de Alagoas, Lucia Beltrão, e o da Fenafisco, Manoel Isidro; às 15h30, o deputado Luiz Argôlo; às 16h, abertura do 20º Fórum Brasil-Europa e ordem do dia; às 18h30, reunião com o presidente do STF, Joaquim Barbosa, e da Câmara, Henrique Alves; às 19h, recebe o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto d'Ávila, e o da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, Salomão Rodrigues.

### CMA Código Florestal

8h30 Debate sobre desdobramentos do Código Florestal, que completa um ano.

### CE Anistia a excluídos

9h30 Na pauta, anistia a alunos excluídos de instituições federais superiores.

### CCT Agrotóxico natural

9h A comissão analisa a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural e o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

### CAE Anistia no crédito rural

10h Na pauta, projeto que autoriza o perdão de dívidas de crédito rural de até R\$ 35 mil na área de atuação da Sudene.

### PESSOA COM DEFICIÊNCIA Estatuto

10h Entrega de substitutivo a projeto de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

### CMO Seminários nos estados

14h30 Análise de requerimento de seminários nos estados sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014.

### FÓRUM BRASIL-EUROPA Abertura

16h Abertura do 20º Fórum Brasil-Europa, promovido pelo Congresso e pela Fundação Konrad Adenauer.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da Comissão de Meio Ambiente; às 9h30, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).



# Redução da maioria não diminui criminalidade, dizem especialistas

Medidas como aumento dos investimentos em políticas públicas para adolescentes são apontadas como mais eficazes durante debate

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, debatedores afirmaram que a redução da maioria penal é inconstitucional e não trará maior proteção à sociedade.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, disse que o sistema carcerário do país não cumpre a finalidade de ressocializar detentos. Para ele, medidas podem chegar a esse objetivo, como o investimento em políticas públicas para adolescentes e o maior cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que se refere a tratamentos socioeducativos e à prestação de serviços comunitários por menores infratores.

Coêlho citou estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que revela a diminuição, no Brasil, dos recursos em políticas públicas para adolescentes. Segundo ele, a falta de cuidado do Estado faz com que esse grupo fique vulnerável a organizações criminosas.

— Se é necessária a redução da maioria penal para termos segurança pública, seria necessário primeiro cuidar da implantação do ECA e do sistema carcerário. O adolescente ser internado com a proposta de reeducação para sociedade é bem melhor do que o tratamento semelhante ao dado aos adultos — disse. A procuradora da República



Raquel Dodge diz na reunião da CCJ, presidida por Vital (C), que Constituição veda propostas contra direitos individuais

Raquel Elias Dodge disse que outras medidas podem trazer segurança, entre elas aumentar a responsabilidade dos adultos que corrompem menores, ampliar prazos de internação de acordo com o crime cometido pelo adolescente e determinar que o menor infrator seja obrigado a concluir os estudos durante o período de internação.

Raquel também citou dados que mostram que o ser humano amadurece por volta dos 20 anos. Por isso, defendeu uma política criminal que considere os diferentes graus de amadurecimento.

## Inconstitucional

Os debatedores ainda argumentaram que a redução da maioria penal é inconstitucional. Raquel explicou que a Constituição proíbe

a deliberação de propostas tendentes a abolir direitos e garantias individuais, o que seria o caso da inimputabilidade de menores de 18 anos.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) contestou o argumento da constitucionalidade. Ele destacou que a previsão de uma idade mínima para imputabilidade penal é uma garantia individual que decorre do princípio da dignidade humana, mas argumentou que a idade mínima para punição criminal não precisa ser necessariamente de 18 anos. — Essa é uma decisão de política legislativa, de política criminal — explicou.

O senador ressaltou que adolescentes a partir de 16 anos já podem exercer atos importantes da vida política e civil e que, portanto, a regra de que o indivíduo só tem

discernimento dos atos que comete a partir dos 18 anos não deve ser absoluta.

Aloysio defendeu proposta de sua autoria (PEC 33/2012) que sugere a redução da maioria penal para 16 anos. Ele explicou que a proposta mantém a regra geral da imputabilidade a partir dos 18 anos e a altera somente para atender circunstâncias excepcionais, a serem apuradas num juízo próprio, perante a vara da Infância e da Juventude.

De acordo com a PEC, um juiz fará a avaliação, mediante exames criteriosos e laudos técnicos de especialistas, se a pessoa que cometeu o ato infracional tinha pleno discernimento para julgar o caráter criminoso do que fez. Em caso afirmativo, o juiz poderia decretar a imputabilidade e aplicar a ele a lei penal.

## Anibal Diniz critica prisões em operação policial no Acre

As prisões da Operação G7, da Polícia Federal, que investiga denúncias de irregularidades em obras públicas no Acre, foram criticadas por Anibal Diniz (PT-AC). Sete empresas da construção civil foram investigadas e 15 pessoas foram presas.

O senador apoiou a posição do vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Acre Luiz Saraiva Correia, que considerou as prisões abusivas, pois teria sido negada aos acusados a oportunidade de fazer a própria defesa. Anibal reiterou as palavras do advogado dizendo que a instrução do inquérito já foi concluída e que não foram comprovadas fraudes em licitações.



Anibal diz que as fraudes em licitações não foram comprovadas

## Para Alvaro, gastos de Dilma no exterior devem ser divulgados

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do Ministério das Relações Exteriores de manter sob sigilo os documentos sobre as viagens ao exterior da presidente Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer, incluindo faturas e boletos, até o fim de seus mandatos.

O senador disse esperar que a Lei de Acesso à Informação seja aplicada para que o povo saiba como seu dinheiro tem sido usado.

— Como podem afetar a segurança nacional gastos da Presidência da República com cartões corporativos? A menos que a Presidência estivesse adquirindo armamentos pesados para uma suposta guerra que ocorreria à frente. É surrealista demais.



Alvaro: governo precisa divulgar gastos com viagens ao exterior

## Participação de todo o Brasil pela internet e por telefone

Nove assembleias legislativas estavam interligadas no momento do debate, o que permitiu a deputados estaduais participar pelo Portal do Interlegis ([www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br)).

Além disso, a discussão foi transmitida ao vivo pelo Portal e-Cidadania ([www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)), onde cidadãos participaram com comentários escritos diretamente para senadores e convidados pelo link [bit.ly/maioridadepena](http://bit.ly/maioridadepena).

lemdebate. A audiência foi exibida também, na internet, pelo canal 2 da TV Senado, pelo

Facebook e Twitter. Pelo serviço Alô Senado ([www.senado.leg.br/senado/alosenado](http://www.senado.leg.br/senado/alosenado) e

0800 612211), houve manifestações de cidadãos de todo o país durante o debate e nos quatro dias anteriores. Cerca de 70% da participação aconteceu pela internet, por meio do Alô Senado On-line, e o restante, por telefone.

O assunto será debatido ainda pela CCJ em audiências públicas nos dias 10 e 17, às 15h, quando a população novamente poderá participar em tempo real.



Discussão sobre idade mínima para punição gerou manifestações de todo o país

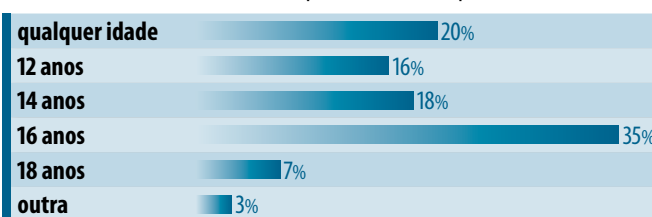
## Pesquisa do Senado indica que 89% apoiam a alteração

Para subsidiar os senadores no debate sobre reforma do Código Penal (PLS 236/2012), que inclui a questão de redução da maioria, o DataSenado (órgão da Secretaria de Transparência — Subsecretaria de Pesquisa e Opinião) fez em outubro uma pesquisa nacional. Para 89% dos entrevistados, a

idade mínima para punição deve ser reduzida, sendo que 20% defenderam que qualquer pessoa, independentemente da idade, deve ser julgada e condenada. A pesquisa foi feita por telefone com 1.232 cidadãos de 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%.

### Opinião popular

Qual a idade ideal para a maioria penal?



Fonte: DataSenado - Outubro 2012



Enquanto uns ressaltam que lei surgiu a partir do acordo possível entre produtores e ambientalistas, trazendo segurança jurídica ao campo, outros dizem que novas regras flexibilizaram demais a proteção à natureza. Comissão debate no Senado o que mudou e o que ainda falta implantar

# Depois de 1 ano, Código Florestal espera regulamentações

André Falcão

APÓS UMA TRAMITAÇÃO polêmica e difícil no Congresso Nacional, que polarizou representantes dos produtores rurais e dos ambientalistas, o novo Código Florestal foi saudado não como o texto dos sonhos, mas como o texto possível, que retratou a correlação de forças dentro do Congresso e teve a marca do entendimento para evitar extremos.

Em um ano de vigência, o código ainda divide opiniões dos senadores e sua real implementação desperta a atenção das entidades ambientais. Relator da Medida Provisória (MP) 571/2012, que preenchia lacunas deixadas pelos vetos presidenciais ao novo código (Lei 12.651/2012), o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) avalia que esse foi um ano de paz no campo.

— Havia um clima de terror em que viviam principalmente os pequenos agricultores que cumpriam a lei por décadas e que caíram na ilegalidade a partir das mudanças — afirmou.

Para Luiz Henrique, com o novo código, será possível restituir boa parte da vegetação suprimida nas últimas décadas. Ele elogia a substituição da lógica punitiva por outra de incentivo à preservação.

A opinião sobre a pacificação no campo é compartilhada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— No momento em que vemos a agropecuária alavancando a economia, é importante termos a regularização fundiária — disse.

Blaio Maggi (PR-MT) também destaca a segurança jurídica trazida com o novo código, que acabou com o conflito entre legislações estaduais e federal.

— Com o novo código, tudo ficou mais claro. Ele aponta o caminho a ser seguido — avaliou.

Já para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), um dos opositores ao novo código desde a discussão do texto no Congresso, a aprovação do projeto foi a institucionalização da agressão ao meio ambiente, uma legislação que deu mais flexibilidade e enfraqueceu a norma anterior, principalmente na redução das áreas de proteção permanente (APPs) e das reservas legais.

— Um ano é pouco para avaliar as consequências da nova legislação. A natureza reage conforme é agredida — criticou.

A nova legislação traz uma série de medidas que ainda precisam ser regulamentadas e implantadas na prática. Cada



Vista de área desmatada na Amazônia: anistia a quem desmatou antes de 2008 é uma das medidas do novo código, defendido por Luiz Henrique (E) e criticado por Randolfe Rodrigues (D)



estado deve fazer um programa de regularização ambiental (PRA). Com base nas regras desse programa é que os produtores firmarão os compromissos para recuperar áreas degradadas. O código também estabeleceu que todos os produtores brasileiros são obrigados a fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ele é uma peça fundamental do plano de regularização, ou seja, primeiro o produtor tem que fazer o cadastro, relacionar tudo o que tem na propriedade para depois montar o seu programa.

O ritmo dessa implantação se tornou alvo de críticas de organizações de defesa do meio ambiente. André Lima, assessor especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), lembra que a regra de anistia aos desmatamentos anteriores a 2008 é autoaplicável. Ele questiona, no entanto, a falta

de momento de discussões sobre os incentivos econômicos aos produtores que preservam a vegetação.

— Se não houver fiscalização e acompanhamento, o que vai prevalecer com o novo código é a anistia a quem desmata — argumentou.

No mês passado, o Ipam e outras seis organizações não governamentais lançaram o Observatório do Código Florestal para monitorar a regulamentação e a implementação da nova lei. Entre as ações do observatório, está o encaminhamento de uma carta à ministra do Meio Ambiente cobrando o cumprimento da promessa de

criação de um comitê nacional de acompanhamento e avaliação do novo código, aberto à participação da sociedade. O grupo também vai elaborar uma matriz de indicadores que possam avaliar quantitativa e qualitativamente a implementação do CAR e do PRA nos estados.

Lima também ressaltou a questão do limite dos sistemas de meio ambiente de estados e municípios:

— Os estados não têm estrutura nem recursos humanos ou financeiros suficientes e necessários diante do desafio de cadastrar 5 milhões de propriedades rurais. Não se debateu ainda sobre esse assunto — afirmou.

## Sistema deverá cadastrar 5 milhões de propriedades rurais

Instituído pela nova legislação florestal, o Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das áreas de preservação permanente (APPs), das áreas de reserva legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

O cadastro é pré-requisito para a elaboração dos programas de regularização ambiental, que, de fato, estabelecem diretrizes e prioridades para a recuperação de áreas degradadas e para garantir a sustentabilidade da produção agropecuária no futuro. A implantação do cadastro, no entanto, não é tarefa simples, pois há no país cerca de 5,1 milhões de propriedades rurais, sendo que, dessas, 4,3 milhões são pequenas propriedades.

Segundo informações do Ibama, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) — com acesso gratuito pela internet e com uma base de mapas para o georreferenciamento das informações — está pronto para uso, após ter sido testado nos estados de Goiás e do Rio de Janeiro. Até o final desta semana terão sido concluídos os treinamentos de 343 servidores

de órgãos estaduais de meio ambiente dos 20 estados que vão adotar diretamente o Sicar. Sete estados (veja mapa) vão integrar seus sistemas de cadastramento já existentes ao Sicar. Os servidores capacitados serão responsáveis pela execução do cadastro e farão a análise dos registros feitos pelos produtores e proprietários rurais.

Além disso, já foram treinados 37 técnicos de 12 entidades parceiras, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Banco do Brasil, que auxiliarão na implantação do cadastro.

Entretanto, para entrar em funcionamento, o Sicar depende da definição de regras dos programas de regularização ambiental, a cargo do Ministério do Meio Ambiente. A expectativa é de que o ministério publique logo a normatização, mas não há previsão de data.

Para André Lima, do Ipam, não basta, contudo, ter um site no ar para inscrever a propriedade e receber um “de acordo”. Ele disse ainda que o Sicar é apenas a porta de entrada de um sistema bem mais amplo.

— O que vai ser feito com essa informação? Como vão ser recuperadas as áreas degradadas? Quais os recursos que os estados disporão para tanto? — questionou.



O georreferenciamento feito com o Sicar é uma exigência do novo código

## Produtores, ambientalistas e trabalhadores debatem hoje

Os desdobramentos da implantação do Código Florestal em um ano de vigência serão tema de debate hoje, às 8h30, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A audiência pública atende requerimento do senador Blaio Maggi, presidente da comissão, e terá a presença da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); de Hélio Gurgel, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; de José Esteves de Lacerda Filho, secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso; de Paulo Moutinho, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); de Leonardo Pio Campos, secretário da Comissão Nacional de Direito

Rural Sustentável do ministério. Segundo Blaio, a audiência pública é uma iniciativa de acompanhamento da implantação do novo código e ajudará a saber o que ainda não aconteceu e como o Senado pode ajudar.

— Antes de fazer qualquer cobrança, é importante ouvir as partes interessadas — ponderou.



“Devemos saber o que andou e o que não andou”, afirma Rollemberg

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) considerou a realização da audiência como a maior importância.

— Devemos ouvir o governo e saber o que andou e o que não andou no que é de sua responsabilidade, o que tem efetivamente feito — afirmou.

Já para Randolfe Rodrigues, a melhor contribuição que o Senado pode dar é restaurar as normas que foram derrocadas pelo novo Código Florestal. Como exemplo, ele dá a aprovação de proposta que apresentou como emenda ao projeto do código e que estabelece o desmatamento zero na Amazônia

Além dos programas de regularização ambiental nos estados, devem ser discutidos temas cruciais, como a adoção do Cadastro Ambiental Rural por assentamentos da reforma agrária.



Blaio diz que audiência é importante para saber como o Senado pode ajudar

## Getúlio, Castello e Dilma: o caminho da legislação

A legislação florestal não é nova. O primeiro código a tratar do tema no país é de 1934, quando o presidente Getúlio Vargas editou um decreto criando limites para ocupação do solo e uso dos recursos naturais. Entre outras regras, o decreto estabeleceu que reservas florestais deveriam ser mantidas em, pelo menos, 25% de cada propriedade.

Em 1965, o presidente Castello Branco sancionou o Código Florestal brasileiro (Lei 4.771/1965), que, apesar de algumas mudanças pontuais em anos seguintes, serviu de base para o setor até pouco tempo atrás, quando veio então o novo código.

A lei de 1965, com as alterações, definiu os percentuais de reserva legal e localização das áreas de preservação permanente (APPs), limitando o uso que o produtor poderia fazer da terra. Em sua última versão, o antigo código previa áreas de reserva legal ocupando entre 20% e 80% das propriedades, conforme a região. Às margens de rios, as matas deveriam ser preservadas em faixas de 30 a 500 metros, de acordo com a largura do curso d’água.

O novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 2012, flexibilizou as regras para recomposição de reserva legal e APPs, especialmente para os pequenos produtores. O texto recebeu muitas críticas de ambientalistas. Porém, para o governo, a maioria do Congresso e

o setor produtivo, as novas regras são mais realistas, já que, desde 1965, apenas 20% dos agricultores conseguiram cumprir o previsto na lei anterior.

A tramitação da nova legislação florestal no Congresso foi marcada pelo antagonismo entre ruralistas e ambientalistas e ambos os setores não se sentiram plenamente satisfeitos ao final.

A proposta original, que no Senado recebeu a numeração PLC 30/2011, era datada de 1999. O projeto aprovado no Senado recebeu modificações na Câmara que iam de encontro ao acordo construído pelos senadores. A presidente Dilma sancionou, então, a Lei 12.651/2012 com uma série de vetos e publicou a Medida Provisória 571/2012 com dispositivos para suprir as lacunas deixadas pelos vetos. A medida foi modificada por meio do Projeto de Lei de Conversão 21/2012. O projeto aprovado foi sancionado novamente com vetos da Presidência da República, na forma da Lei 12.727/2012, e foi publicado o Decreto 7.830/2012 para cobrir os pontos vetados.

Em janeiro, a Procuradoria-Geral da República propôs três ações diretas de inconstitucionalidade, questionando os dispositivos do código que flexibilizam regras para áreas de preservação permanente e de reserva legal, além de normas de regularização de áreas desmatadas ilegalmente.

(Com Agência Câmara)



O Código Florestal sofreu vários vetos presidenciais antes da versão definitiva

### Saiba mais

**Cadastro Ambiental Rural**  
<http://www.car.gov.br>

**Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais**  
<http://bit.ly/normaTecnica>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)



Blog Mandacaru



## Dívidas rurais na seca podem ganhar anistia

Em 80% das cidades atingidas pela estiagem, o racionamento tornou-se a única saída, segundo o relator, Aloysio Nunes

Comissão vota hoje perdão para débitos de crédito rural de até R\$ 35 mil contratados na área de atuação da Sudene

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) pode autorizar hoje, em votação final, o perdão de dívidas de crédito rural de até R\$ 35 mil (valor original) contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) por agricultores familiares ou de míni, pequeno e médio portes, além de cooperativas ou associações.

O projeto (PLS 688/2011), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), proíbe multas, mora ou juros por inadimplência no limite de R\$ 35 mil e determina a suspensão de execuções judiciais

relativas a operações que se enquadram no projeto. Em relatório favorável, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) chama a atenção para a grave estiagem que tem atingido o semiárido nordestino nos últimos meses e critica a ineficiência das medidas oficiais sobre crédito rural para a região.

— A situação é tão grave que, em 80% das cidades afetadas pela falta d'água, o racionamento tornou-se a única saída para evitar o colapso total. Sobre a questão estrutural do crédito rural, temos visto nos últimos anos o governo fazer quase anualmente amplas renegociações de dívidas rurais, sem que isso tenha representado uma solução definitiva. Pelo contrário, as dívidas existentes se somaram à conta

do cartório, pela necessidade de renovar as garantias reais das operações pactuadas — argumenta Aloysio.

A proposta foi aprovada no fim do ano passado pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A CAE poderá analisar, também em votação final, projeto (PLS 375/2008) que permite a dedução do Imposto de Renda dos gastos com medicamentos de aposentados e pensionistas, seja para uso próprio ou de dependentes. Para ser beneficiado, a renda mensal do aposentado ou pensionista tem de ser inferior a seis salários mínimos. Também serão exigidas a receita médica e a nota fiscal.

### Suplicy alerta para risco de exploração mineral na Mata Atlântica de SP



Arthur Monteiro/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou a autoridades federais e de São Paulo alerta sobre a situação do

município de Piedade, na Mata Atlântica, onde vivem cerca de 600 famílias unidas pela produção sustentável.

— A possibilidade de extrair granito britado de uma área, em análise pela MSX Minerais, pode comprometer a produção agrícola do município e a preservação da flora e fauna nativas da região.

### Gurgacz comemora sucesso de feira agrícola em Rondônia



Marcos Oliveira/Agência Senado

Acir Gurgacz (PDT-RO) falou ontem em Plenário sobre a 2ª Feira de Tecnologias e Oportunidades de Negócios

Agropecuários, a Rondônia Rural Show, realizada entre 23 e 26 de maio, em Ji-Paraná, com 420 expositores e público de 30 mil pessoas. Agricultores familiares, disse o senador, tiveram acesso facilitado ao crédito com juros subsidiados por meio do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

### Randolfe condena aumento da taxa de juros pelo Copom

O aumento recente da taxa básica de juros pelo Banco Central, de 7,5% para 8% ao ano, foi criticado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador disse que a mudança prejudica a economia, engessa o Orçamento e compromete o crescimento do país.

— As empresas e as pessoas não investem para evitar endividamento, e o governo, que também não investe, continua aumentando a taxa de juros para inibir o consumo.

Afirmou ainda que o aumento só interessa ao mercado financeiro, aos bancos privados, “a um grupo de 200 famílias”.

### Taxa sobre terrenos de marinha deve ser rediscutida, diz Ferraço



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) cobrou ontem solução para a cobrança de taxas sobre os terrenos de marinha —

faixas de 33 metros a contar da linha média das marés altas em 1831. O Senado avalia as PECs 53/2007 e 56/2009.

— Pelo menos 500 mil famílias são alcançadas por uma legislação antiga e perversa.

As famílias têm de pagar taxas à Secretaria de Patrimônio da União. Críticos apontam incorreções na demarcação.

### Mozarildo: acordo sobre fronteira com Venezuela deve ser verificado



Moreira Moritz/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse esperar para os próximos dias a criação da comissão temporária ex-

terna de senadores sobre a fronteira entre Brasil e Venezuela. O objetivo será verificar o descumprimento de acordo que proíbe edificações em determinada faixa da fronteira.

De acordo com Mozarildo, até mesmo prédios de órgãos públicos da Venezuela e do Brasil, além de residências, estariam dentro da faixa.

## No Paraná, comissão debate sustentabilidade no campo

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) se reuniu ontem na Assembleia Legislativa do Paraná para debater a sustentabilidade ambiental, especialmente no setor agrícola.

Participaram do debate a presidente da CMMC, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), os deputados federais André Zacharow (PMDB-PR) e Rosane Ferreira (PV-PR) e os deputados estaduais Rasca Rodrigues (PV) e Ademir Bier (PMDB).

— A metodologia adotada pela comissão de discutir temas específicos por região tem-se revelado acertada. Isso tem contribuído para que formatemos o seminário nacional em outubro, em Brasília, quando vamos discutir uma nova legislação para o setor — disse Vanessa.

Os expositores afirmaram

que o trabalho da comissão é de suma importância para o futuro do país.

Para João Luiz Biscaia, diretor da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), o mundo terá, até 2030, mais de 8 bilhões de habitantes e pensar na sustentabilidade ambiental torna-se imperioso:

— No Brasil, apenas 7% do uso do solo é para a agricultura, enquanto 25% são destinados à pecuária.

Para o deputado estadual Rasca Rodrigues, a presença da comissão na assembleia estadual enaltece a discussão.

Também participaram como expositores Josiléia Zanatta, pesquisadora da Embrapa; Silvio Krinski, coordenador da Organização de Cooperativas do Paraná; e Paulo Roberto Castella, coordenador de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Paraná.



Sandro Nascimento/Alép

Sérgio Souza (4º à dir.) e Vanessa Grazziotin (3º à dir.) participam da audiência

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### Agência Senado

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Em debate, associação de empresários disse que mais recursos permitirão abertura de novos leitos. Para Conselho Nacional de Saúde, porém, prioridade deve ser SUS

# Hospitais pedem capital estrangeiro na saúde

SENADORES E ESPECIALISTAS defenderam ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mais investimentos públicos na saúde, a ampliação da rede de atendimento e a melhoria da gestão, independentemente da participação de capital estrangeiro.

O debate se deu em torno do projeto que amplia as hipóteses de participação de capital estrangeiro na assistência à saúde (PLS 259/2009).

Favorável à proposta, o diretor-executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), Daniel Coudry, informou que o Brasil tem 450 mil leitos hospitalares, sendo 64% privados e 36% públicos. Segundo ele, 18 mil leitos “foram perdidos nos últimos cinco anos”. Enquanto isso, no mesmo período, 5 milhões de usuários entraram no sistema.

O primeiro-vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital, afirmou que há um consenso entre os médicos a respeito da necessidade de mais investimentos — públicos ou privados. Segundo ele, o poder público brasileiro financia 44%



Daniel Coudry, Kenys Menezes Machado, Carlos Vital, Lindbergh Farias, Vital do Rêgo, Maria do Socorro de Souza e Fausto Pereira dos Santos participam da discussão

de todo o setor de saúde, quando o ideal seriam pelo menos 70%. O governo inglês, citou como exemplo, financia 84%.

O diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle do Ministério da Saúde, Fausto Pereira dos Santos, afirmou que a ampliação de investimentos estrangeiros não será a salvação da saúde, mas reconheceu a importância da entrada dos recursos no setor.

Ele defendeu, no entanto, que isso seja condicionado à ampliação e expansão dos serviços, evitando-se a mera transferência de propriedade de hospitais.

Santos disse que o país tem grande déficit de leitos públicos e privados, principalmente os de alta complexidade.

Ele lembrou que o capital internacional já está na saúde brasileira, em especial nas operadoras de planos de saúde.

## Fortalecer o SUS

A presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, defendeu que a prioridade deve ser o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

— A proteção social sempre foi baixa no Brasil. Saúde não é um mercado. É um setor social e produtivo muito importante — disse Socorro, ao posicionar-se contra o projeto.

Ela também afirmou que o país necessita investir mais em pesquisas e tecnologias nacionais para diminuir a

dependência internacional. A representante do CNS colocou em dúvida a capacidade do governo em regular o setor se a ampliação da participação de capital estrangeiro for aprovada.

Por sua vez, o representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Kenys Menezes Machado, disse que a principal preocupação da entidade é com a concorrência no setor, independentemente se o capital investido for nacional ou estrangeiro. Para ele, os investimentos devem proporcionar o aumento de hospitais e leitos e da qualidade do atendimento, sem que o mercado fique concentrado na mão de poucos conglomerados.

O diretor de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Bruno Sobral de Carvalho, afirmou que o investimento estrangeiro “não é uma panaceia”, embora seja importante para aumentar a concorrência no setor. Quanto mais oferta de capital, argumentou, mais o setor será ampliado e melhorado.

— O controle estrangeiro pode ajudar na profissionalização da gestão e aumentar pesquisas e inovação — disse.

Além do presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), participaram do debate Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto na comissão, Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Paim defende comprovantes bancários em braile

Pode ser votado na quinta-feira o projeto que torna obrigatória a emissão, pelos caixas eletrônicos dos bancos, de comprovantes em braile, disse Paulo Paim (PT-RS), ontem, durante debate sobre acessibilidade nas cidades, promovido pela Comissão

de Direitos Humanos (CDH).

Paim, relator do PLS 129/2007 na CDH, anunciou que rejeitará o substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e retornará à proposta original, de Alvaro Dias (PSDB-PR).

A proposta inicial obriga os

bancos a disponibilizarem, em todas as agências e redes de autoatendimento, o sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e nos comprovantes impressos das transações. Na CAE, o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), retirou a obrigatoriedade da impressão

dos comprovantes em braile, para atender emenda de Valdir Raupp (PMDB-RO), que alegou não haver fornecedores da tecnologia no mercado.

No entanto, Guilherme Lira, diretor da Tecassistiva, disse que a empresa apresentará o primeiro protótipo de caixa eletrônico com impressão em braile. A empresa se baseou no PLS 129/2007 para elaborar o projeto de tecnologia de impressão em braile de extratos bancários, que foi financiado pela Finep — Agência Brasileira da Inovação.

— A gente deve entregar o primeiro protótipo funcionando já no mundo de automação bancária com impressão de extratos em braile em dezembro deste ano — afirmou Lira.

## Senador cumprimenta Alvaro Dias pela “grandeza do projeto”

Paulo Paim (PT-RS) elogiou o colega Alvaro Dias (PSDB-PR) pelo projeto que torna obrigatória a emissão de comprovantes bancários em braile (PLS 129/2007).

— Cumprimento Vossa Excelência pela grandeza do projeto. Ele vai permitir a qualquer cidadão com deficiência visual chegar ao sistema eletrônico de banco, retirar o seu comprovante e fazer as operações baseado na tecnologia que está sendo inspirada pela proposta — disse o senador.

Paim, que é relator da proposta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), garantiu a aprovação do texto original, na quinta-feira, rejeitando o substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Alvaro agradeceu pela rapidez com que o projeto está sendo encaminhado:

— Fico feliz de ver um projeto de minha autoria, que atende deficientes visuais, ser relatado por Vossa Excelência com a competência de sempre, com a sensibilidade de sempre, fazendo com que o projeto seja uma realidade e possa ser aprovado.



Audiência conduzida por Paim (4º à esq.) na Comissão de Direitos Humanos teve tradução para a linguagem de sinais

## Ministério anuncia ação para tornar rotas urbanas acessíveis

A audiência na CDH também debateu ações para tornar acessíveis as cidades do país. De acordo com Carolina Cavalcanti, do Ministério das Cidades, é preciso adequar a infraestrutura urbana, removendo barreiras arquitetônicas e urbanísticas e promovendo a acessibilidade universal.

— O que a gente vê hoje nas cidades é que existe uma precariedade imensa de calçadas

e ausência de rota acessível para pessoa com deficiência.

No entanto, o orçamento para a ação é baixo e é constituído quase totalmente de emendas parlamentares.

— Hoje, é nosso desafio dar ao programa de implantação de rotas acessíveis uma grande envergadura, com aporte de recursos e de capacidade técnica no próprio ministério para análise de projetos — disse.

## Tribunais de contas devem acompanhar situações das escolas

A questão da acessibilidade nas escolas públicas também foi tratada na audiência. Escadas e outras barreiras impedem crianças com deficiência ou com mobilidade reduzida de participar de diversas atividades.

Gabriel Léger, procurador do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Paraná, afirmou que os tribunais estão acompanhando

as denúncias. Ele disse que o descumprimento da Lei 10.098/2000, a Lei da Acessibilidade, pode caracterizar crime de responsabilidade e tornar um prefeito ou governador inelegível.

Paim informou que será apresentado um requerimento à Secretaria de Educação do Distrito Federal para a tomada de providências com relação às escolas sem acessibilidade.



# Cyro quer agilizar exame do Plano Nacional de Educação

Presidente da Comissão de Educação pretende iniciar este mês debates sobre proposta, que está em análise no Congresso desde 2010. Regras aumentam gastos da União na área e vão valer por 10 anos

O PRESIDENTE DA Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), pretende agilizar a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) para que entre em vigor já a partir de 1º de janeiro de 2014 e passe a valer para os dez anos seguintes.

— Acredito que no máximo em 15 dias a matéria esteja na Comissão de Educação. Já neste mês pretendo iniciar as audiências públicas, que serão muito valiosas para ajudar no relatório — informou Cyro, em entrevista à Agência Senado.

Atualmente, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 103/2012 tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde deverá ser relatado pelo presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB). A CE será a próxima a tratar da matéria, que depois será votada em Plenário. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já aprovou o projeto, com modificações. Se elas forem mantidas, o PLC deverá retornar à Câmara.

O Plano Nacional de

Educação aumenta gradativamente os recursos da União para políticas educacionais. Ao final de dez anos, o volume deverá corresponder a 10% do produto interno bruto (PIB). O projeto estabelece obrigações como a erradicação do analfabetismo absoluto, a ampliação da oferta de educação em tempo integral e a fixação de prazos máximos para alfabetização de crianças.

Cyro lembrou que o projeto está no Congresso desde 2010 e foi idealizado para vigorar de 2011 a 2020. Porém, como a

tramitação não foi concluída ainda, deverá valer de 2014 a 2023. Ele também avaliou a importância do PNE para o país:

— Educação exige bom planejamento e investimento constante. Tínhamos na década de 70 escolas públicas que eram exemplo. Os investimentos diminuíram e hoje o Brasil está na contramão da história. Quem pode pagar universidade privada está na pública e aquele que não pode pagar está na privada porque os ensinamentos de base e médio deixam a desejar — disse.



Cyro Miranda, presidente da CE, destaca que educação exige bom planejamento

## Figueiró apoia proposta de Cristovam de federalização do ensino básico

Ruben Figueiró (PSDB-MS) homenageou Cristovam Buarque (PDT-DF), em discurso ontem, pelo livro *Educação É a Solução — é possível!*, sobre a federalização da educação básica. Para Figueiró, a obra, lançada em abril, é “um livro modesto

no formato, mas de grandeza fundamental no conteúdo”.

Cristovam, disse Figueiró, ensina como viabilizar um processo educacional que poderá, em 20 anos, acabar com as desigualdades sociais do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Para Jarbas, governo se faz de vítima no episódio do boato sobre fim do Bolsa Família

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que o episódio do boato sobre o fim do Bolsa Família não pode ser esquecido e que o governo precisa prestar contas. Para ele, o governo é responsável pelo tumulto, apesar de se fazer de vítima.

— O PT deveria criar o “bolsa-óleo de peroba” e distribuir entre seus líderes e integrantes

do governo, tamanhas são a cara de pau e a irresponsabilidade que têm marcado todos os personagens envolvidos nesse escândalo do boato.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## “É preciso saber como o Sistema S aplica os bilhões que arrecada”, afirma Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) voltou a criticar o Sistema S, composto de entidades como Sesc, Senac, Sebrae, Sesi e Senai. O senador disse que nos últimos três meses tem feito vários questionamentos sobre o sistema e lamentou ser mal interpretado

por senadores e pela imprensa. Segundo ele, é preciso saber como são aplicados “os bilhões” que o Sistema S arrecada. Segundo ele, nem a Receita nem a Controladoria-Geral da União têm como precisar a arrecadação.



Arthur Moreira/Agência Senado

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Lei 12.810/2013

**MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO**

O Congresso Nacional aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso possibilita a ampliação de recursos disponíveis e contribui para o desenvolvimento da sua região.

Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:  
[www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)

Secs | Supres — Criação e Marketing



# Estatuto da Pessoa com Deficiência deve ser aprovado ainda este ano

Presidentes do Senado e da Câmara prometem tramitação rápida durante entrega de substitutivo pela Secretaria de Direitos Humanos

O CONGRESSO DEVE aprovar ainda em 2013 o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa foi a promessa feita ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, na entrega ao Congresso de um substitutivo ao Projeto de Lei 7.699/2006, de Paulo Paim (PT-RS), pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Segundo Maria do Rosário, o texto foi elaborado por um grupo de trabalho, após um ano de estudo das propostas em tramitação no Congresso, com base no projeto de Paim, à luz da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, assinada pelo Brasil em 2008.

— Tão logo a Câmara vote, nós vamos falar com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vital do Rêgo, para votarmos em dias, uma



Renan (C) recebe da ministra Maria do Rosário, à direita dele, o substitutivo preparado pela Secretaria de Direitos Humanos

vez que o Senado já pôde discutir e aprofundar esse debate — prometeu Renan.

O presidente do Senado disse que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é a primeira proposta numa agenda de tramitação rápida que ele está organizando com o presidente da Câmara. Renan também citou como prioridades os projetos de lei contra a tortura e contra a homofobia.

O projeto foi a primeira iniciativa para criar um estatuto para pessoas com deficiência e

tramita na Câmara desde que foi aprovado pelo Senado, em 2006. Mais de 200 outras propostas envolvendo direitos das pessoas com deficiência foram apresentadas na Câmara.

## Desculpas

Henrique Alves pediu desculpas à sociedade pela quantidade de projetos voltados às pessoas com deficiência que tramitam sem serem analisados e se comprometeu com a aprovação até outubro do substitutivo entregue pela ministra.

Segundo a ministra, o estatuto vai beneficiar 46 milhões de brasileiros que se autodeclararam deficientes em 2010, mais de 24% da população. A proposta traz ideias para inserção no trabalho, atendimento prioritário, habilitação e reabilitação, acessibilidade, vida pública e política, recursos tecnológicos e outros direitos. A proposta prevê o Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

## Paim diz que substitutivo tem avanços importantes



Autor da proposta original, Paim apoia alterações feitas no texto

Paim demonstrou otimismo sobre a votação do estatuto ainda neste ano. O substitutivo ao projeto dele entregue ontem por Maria do Rosário foi elaborado por um grupo de trabalho composto por parlamentares, membros da sociedade civil, juízes, membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) e do Conade. Como o texto altera o projeto aprovado pelos senadores em 2006, terá de ser votado novamente no Senado.

— Foram introduzidos avanços importantes, como capacidade legal de pessoas com deficiência mental e intelectual, responsabilização pela construção da acessibilidade e

tipificações penais para o descumprimento — disse Paim.

Segundo o senador, o novo texto detalha melhor questões relativas a cotas em empresas para pessoas com deficiências.

— Que bom ver, depois de mais de uma década, o projeto que apresentei enfim ser encaminhado para votação definitiva nas duas Casas.

## Avança licença médica para cuidar de filho doente

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 137/2010, que permite ao empregado faltar ao serviço para acompanhar filho doente.

Conforme a proposta, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN) os pais poderão se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário, por até 30 dias por ano, para cuidar da saúde de filho de até 12 anos, desde que a necessidade do acompanhamento seja atestada por laudo médico.

O relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), concordou com a iniciativa, mas apresentou uma emenda para que a licença seja objeto de negociações coletivas entre empregador e empregado.

## Projeto isenta de IPI automóvel para deficiente auditivo

Os deficientes auditivos poderão ter direito a comprar carro com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida é prevista no PLS 17/2004, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado em votação final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que poderá ser enviado diretamente à Câmara.

A Lei 8.989/1995 já concede o benefício a pessoas com deficiência física, visual, mental e a autistas. A isonomia foi o principal argumento apresentado por Paim para convencer o relator na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO), a recomendar a aprovação.

A isenção proposta se restringe a automóveis nacionais com pelo menos quatro portas e motor de cilindrada inferior a 2.000 centímetros cúbicos movido a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão.

## Aposentado poderá deduzir do IR gastos com medicamentos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem em decisão terminativa projeto de lei (PLS 375/2008) que permite a dedução no Imposto de Renda dos gastos com medicamentos de aposentados e pensionistas, para uso próprio ou de dependentes. O beneficiado deve ter renda mensal inferior a seis salários mínimos e apresentar receita médica e nota fiscal.

O autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), lembra que hoje o abatimento da despesa só é permitido quando o medicamento é utilizado em ambiente hospitalar. O senador argumenta que isso é uma incoerência da legislação tributária, face à tendência atual de privilegiar os tratamentos domiciliares.

## Dia da Doação de Cordão Umbilical passa em comissão

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem a instituição do Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical, 8 de outubro. O objetivo é estimular a doação de cordões, uma alternativa para complementar o baixo número de transplantes de medula óssea. Como o projeto (PLS 299/2010) foi aprovado na forma de substitutivo, haverá ainda uma votação em turno suplementar, antes do encaminhamento à Câmara.

Pelo texto original, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), deveria ser instituída a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), depois de consulta ao Ministério da Saúde, disse que apenas um dia é estratégia mais eficiente.

## Davim cobra exame de revalidação para médicos estrangeiros

Paulo Davim (PV-RN) reconheceu, em discurso ontem, a necessidade de o Brasil importar médicos estrangeiros para atuar sobretudo nas regiões interiores, onde há carência de profissionais.

O parlamentar observou, no entanto, que a contratação de médicos estrangeiros somente deve ocorrer após os candidatos serem aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

— A entrada no Brasil de profissionais que não sejam submetidos minimamente a essa avaliação coloca em risco a sociedade — disse.

De acordo com Davim, além da barreira da língua, um problema para a atuação de médicos estrangeiros no Brasil é o possível desconhecimento das particularidades regionais e da epidemiologia do país.

O senador fez ainda um apelo para que o governo não deixe de incluir no debate entidades representantes dos médicos no Brasil.

## Taques afirma que mato-grossense quer saúde e segurança

Aproveitando o 265º aniversário de criação de Mato Grosso, em 9 de maio, Pedro Taques (PDT-MT) fez uma enquete nas redes sociais perguntando à população que presente o estado merece.

Ele disse que recebeu dezenas de respostas de mato-grossenses pedindo mais investimentos em saúde, estradas, turismo, segurança, infraestrutura e educação.

— Também entendo que nos falta o básico. Mas, antes disso, falta algo fundamental, que é o respeito, respeito ao dinheiro público, ao patrimônio e, sobretudo, aos nossos direitos, aos direitos dos cidadãos mato-grossenses.

Taques afirmou que a população tem cobrado transparência na aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação.

— Temos informação de representantes do setor produtivo de que os recursos não estão sendo aplicados de forma correta na recuperação de estradas e na construção de casas populares.



**MESA DO SENADO FEDERAL****Presidente:** Renan Calheiros**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro**Segunda-secretária:** Ângela Portela**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra**SECRETARIA ESPECIAL DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL****Diretor:** Davi Emerich**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez**AGÊNCIA SENADO****Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.**JORNAL DO SENADO****Órgão de divulgação do Senado Federal****Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333**Editor-chefe:** Silvio Burle**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin**Diagramação:** Ronaldo Alves**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333







